

ANEXO VI

PROJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

BIRIGUI

1- INTRODUÇÃO

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO DE BIRIGUI, SITUA-SE NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM UMA EXTENSÃO TERRITORIAL DE 530,65 Km², ESTANDO SITUADO A 518Km DE SÃO PAULO.

A DENSIDADE DEMOGRÁFICA É DE 197,45 HABITANTES/Km², E DE ACORDO COM OS DADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), A TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL ESTIMADA PARA BIRIGUI (2006 – 2009) É DE 0,7%. PARA O ANO DE 2009, A POPULAÇÃO ESTIMADA DO MUNICÍPIO É DE 110.909 HABITANTES.

EM RELAÇÃO AO GRAU DE URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, NO PERÍODO DE 2000 – 2008 CONSTATOU-SE UMA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, QUE EM 2000 JÁ REPRESENTAVA 96,52% DO TOTAL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

A FAIXA ETÁRIA COM MAIOR TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO, TANTO NO SEXO MASCULINO COMO NO FEMININO, NO PERÍODO DE 2005 À 2008, FOI A DE 60 ANOS E MAIS, PASSANDO DE UM PERCENTUAL DE 9,5% EM 2005 À 10,4% EM 2008.

O ACESSO DA POPULAÇÃO À SERVIÇOS BÁSICOS É DE 99,03% PARA ÁGUA ENCANADA, 98,93% PARA ESGOTAMENTO SANITÁRIO E 98,33% PARA SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, NO ANO DE 2000, SEGUNDO FONTE DO SEADE.

A MAIORIA DA POPULAÇÃO DE BIRIGUI, NÃO POSSUI PLANO DE SAÚDE. PORTANTO, DEPENDE INTEGRALMENTE DO SUS PARA TER ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. AO SE DIVIDIR A POPULAÇÃO EM CINCO SEGMENTOS IGUAIS, ORDENADOS SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA FAMILIAR, NOTA-SE QUE A QUASE TOTALIDADE DOS SEGUIMENTOS MAIS POBRES DEPENDE EXCLUSIVAMENTE DESSE SISTEMA. NÃO PODEMOS DEIXAR DE CONSIDERAR AINDA, QUE OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICOS MAIS COMPLEXOS E DISPENDIOSOS, QUE SÃO EXCLUÍDOS DOS PLANOS DE SAÚDE, COM FREQUÊNCIA SÃO SOLICITADOS AO SUS, O QUE NOS LEVA A CRER QUE A PARCELA DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO SISTEMA DEVA SER AINDA MAIOR.

BIRIGUI É MUNICÍPIO SEDE DE MÓDULO ASSISTENCIAL PARA OS MUNICÍPIOS DE COROADOS E SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ, E REALIZA A ATENÇÃO BÁSICA E OS PROCEDIMENTOS HOSPITALARES E DIAGNÓSTICOS MÍNIMOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE. É TAMBÉM MUNICÍPIO PÓLO MICRORREGIONAL PARA OS MUNICÍPIOS DE BURITAMA, LOURDES, TURIÚBA, BREJO ALEGRE, CLEMENTINA, BILAC, PIACATU E GABRIEL MONTEIRO.

PERTENCE À REGIÃO DE DRSII DO ESTADO DE SÃO PAULO, E TEM COMO MUNICÍPIO PÓLO A CIDADE DE ARAÇATUBA.

BIRIGUI É HABILITADO NA GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA DO SISTEMA MUNICIPAL, E POSSUI OS SEGUINTE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL:

CENNTRO D ESPECIALIDADES MÉDICAS MUNICIPAL: UNIDADE AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, REALIZANDO O ACOMPANHAMENTO DE CERCA DE 3.000 PESSOAS MENSALMENTE, EM CONSULTAS DE ESPECIALIDADES E REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, ENDOSCOPIA, ELETROENCEFALOGRAMA, ELETROCARDIOGRAMA.

CENTRO DE SAÚDE: UNIDADE AMBULATORIAL, MANTIDA PELA SMS DE BIRIGUI, CONCENTRA A ESPECIALIDADE DE SAÚDE MENTAL E CONTA COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ESPECIALIDADE.

AMBULATÓRIO DST/ AIDS: UNIDADE AMBULATORIAL MANTIDA PELA SMS DE BIRIGUI, REALIZA O ACOMPANHAMENTO DA PACIENTES DE AIDS E PORTADORES DE HIV, BEM COMO OFERTA E ACONSELHAMENTO DE TESTAGEM ANTI-HIV E VDRL COMO SUPORTE À ATENÇÃO BÁSICA.

AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER: UNIDADE AMBULATORIAL, MANTIDA PELA SMS, QUE REALIZA O ATENDIMENTO DAS URGÊNCIAS GINECOLÓGICAS E OBSTÉTRICAS E SERVE DE APOIO ÀS UBS, NESTAS ESPECIALIDADES.

UBS 1: UNIDADE DE MÉDIA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS VILA BANDEIRANTE, CIDADE JARDIM, IVONE ALVES PALMA, TEREZA MARIA BARBIERI, VILA INDUSTRIAL, JARDIM CLAYTON, VILA TRONCOSO, JARDIM SANTA HELENA, VILA OPERÁRIA, VILA XAVIER, VILA GUANABARA, VILA ROBERTO, RESIDENCIAL NELSON CALIXTO, JARDIM SÃO PAULO.

UBS 2: UNIDADE DE MÉDIA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS TOSELAR, RESIDENCIAL MANOELA, JARDIM CAPUANO, VISTA ALEGRE, JARDIM DO TREVO, RESIDENCIAL COLINAS I E II, RESIDENCIAL ALVORADA, JARDIM FONTE, JARDIM EUROPA, JARDIM MARISTER, JARDIM TANGARÁ, JARDIM GUAPORÉ, JARDIM PRIMAVERA, RESIDENCIAL ESPLANADA DAS COLINAS, JARDIM ARCO IRIS.

UBS 3: UNIDADE DE MÉDIA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS VILA ISABEL MARIN, VALE DO SOL, EURICO CAETANO, RESIDENCIAL PEDRO MARIN BERBEL, RESIDENCIAL LALUCE, JARDIM JUSSARA MARIA, NOVO JARDIM ESTÁBIL.

UBS 4: UNIDADE DE MÉDIA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS COSTA RICA, SÃO BRÁZ, COAB 3, VILA BRASIL, SÃO GENARO I E II, CECAP, JARDIM MARVAN, JARDIM TÓQUIO, SILVARES, RESIDENCIAL AURORA, VILA MOIMAZ.

UBS 5: UNIDADE DE BAIXA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS SANTO ANTONIO, VILA ICARAY, VILA JEAN PIETRO, RESIDENCIAL TROPICAL, RESIDENCIAL MODELO, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ESTORIL, BELA VISTA, SÃO BENTO, JARDIM DO PRADO, VILA GARDENAL, JARDIM ESTÁBIL, JARDIM NOVA ERA, JARDIM PÉROLA, VILA STAFF, JARDIM SANTA ISABEL, VILA CORTELAZZI, VILA SAUDADES, JARDIM MORUMBI.

UBS 6: UNIDADE DE MÉDIA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS PARQUE DA NAÇÕES, JARDIM FLAMENGO, RECANTO DOS PÁSSAROS, VILA AEROPORTO, RECANTO VERDE I E II, RESIDENCIAL SÃO JOSÉ, RESIDENCIAL SIMÕES, SÃO CONRADO, TIJUCA, RESIDENCIAL JARDIM POP, JARDIM ITÁLIA, JARDIM IPANEMA, RESIDENCIAL ATENAS, RESIDENCIAL SANTA LUZIA, JARDIM AMÉRICA, JARDIM DO LAGO, RESIDENCIAL OTTON, RESIDENCIAL ART VILLE, RESIDENCIAL PORTAL DA PÉROLA I E II, JARDIM AEROPORTO.

UBS 7: UNIDADE DE BAIXA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS BOSQUE DA SAÚDE I E II, VILA ANGÉLICA, PARQUE SÃO VICENTE, RESIDENCIAL PERDIZES, JARDIM SÃO CRISTOVÃO, VILA GUARUJÁ, NOVO PARQUE SÃO VICENTE, RESIDENCIAL AROEIRA, RESIDENCIAL BRAGUIM.

UBS 8: UNIDADE DE BAIXA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS VILLAGE DI FIORI, VILA PONTES, VILA MARIA, JARDIM SUMARÉ, VILA GERMANO, JARDIM BOLELI, RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO, JANDAIA I E II, RESIDENCIAL IPÊ, BIRIGUI I E II, JARDIM PLANALTO, PARQUE PINHEIRO I E II.

UBS 9: UNIDADE DE BAIXA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE OS BAIRROS CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO CREVELARO, RESIDENCIAL MONTE LÍBANO I E II, RESIDENCIAL SANTANA, RESIDENCIAL QUEMIL, JARDIM CANAÃ.

PRONTO SOCORRO MUNICIPAL: LOCALIZADO NO BAIRRO CENTRAL DO MUNICÍPIO COM FÁCIL ACESSO AOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO COM ATENDIMENTO MÉDIO DE 6.000 PESSOAS/MÊS.

2- JUSTIFICATIVA

O município de Birigui possui 14 Unidades de Saúde, que estão subordinadas a Secretaria Municipal de Saúde.

Atualmente estamos com 120 (cento e vinte) Agentes Comunitários de Saúde, sendo lotados nas Unidades Básicas de Saúde. São credenciados junto ao Ministério da Saúde, com efetiva implantação de 20 equipes de Saúde da Família desde ano 2010, sendo 1 equipe de Modalidade I (Rural) e 19 Modalidade II (urbana).

Considerando a Portaria 648/2006, que dispõe da necessidade de reorganização da atenção básica no município de Birigui, apresentamos neste documento, a proposta de mudança das equipes de Agentes Comunitários de Saúde, para equipes de Estratégia de Saúde da Família.

3- OBJETIVOS

Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Gerenciamento do Programa Estratégia de Saúde da Família, com fornecimento de mão de obra efetivada por 20(vinte) profissionais contratados pela licitante vencedora, sendo eles médicos especializados nos serviços correlatos ao programa, sendo de responsabilidade da empresa vencedora a coordenação das 20 equipes, constituídas por 20(vinte) médicos(contratados pela licitante), 20(vinte) enfermeiros e 20(vinte) técnicos de enfermagem, (sendo os enfermeiros e os técnicos de enfermagem pertencentes ao quadro de servidores desta prefeitura), cuja responsabilidade pela manutenção dos mesmos incumbe à municipalidade.

Este contrato terá a duração de 12(doze)meses podendo ser renovados se houver interesse da administração, conforme projeto elaborado por esta secretaria de saúde

4- RECURSOS HUMANOS

4.1- Da Execução

Para executar as atividades da Estratégia de Saúde da Família, a contratada deverá subdividir em 20 equipes sendo distribuídas entre as Unidades Básicas de Saúde da seguinte forma:

4.1.1- Unidade Básica de Saúde 01 Cidade Jardim

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	4	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:

Ivone Alves Palma, Maria Thereza Barbieri I e II, Vila Bandeirante, Cidade Jardim, Vila Industrial, Jardim Clayton, Vila Troncoso, Jd Sta Helena, Vila Operária, Vila Xavier, Vila Guanabara, Vila Roberto, Parque Residencial Nelson Calixto, Jardim São Paulo.

4.1.2- Unidade Básica de Saúde 02 Toselar

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	2	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:

Jardim Europa, Marister, Tangara e Primavera.

4.1.3- Unidade Básica de Saúde 03 Isabel Marin

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	2	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:
Jardim Capuano, Jardim do Trevo e Residencial Colinas I e II.

4.1.4 - Unidade Básica de Saúde 04 Costa Rica

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	3	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:
Costa Rica, São Braz, Cohab III e Vila Brasil.
OBS: Uma equipe para o Assentamento São José.

4.1.5- Unidade Básica de Saúde 05 Santo Antônio

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	1	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:
Santo Antonio, Tropical, Icaray.

4.1.6- Unidade Básica de Saúde 06 Parque das Nações

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	4	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:
Parque das Nações Jardim Flamengo, Recanto dos Pássaros, Vila Aeroporto, Recanto Verde I e II, Residencial São José, Residencial Simões, São Conrado, Tijuca, Residencial Jardim Popi, Jardim Itália, Jardim Ipanema, Residencial Atenas, Residencial Santa Luzia, Jardim América, Jardim do Lago, Residencial Otton, Residencial Art Ville, Residencial Portal da Perola I e II e Jardim Aeroporto.

4.1.7- Unidade Básica de Saúde 08 Jandaia

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	1	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:
Residencial Birigui I, II e Jardim Ipê.

4.1.8- Unidade Básica de Saúde 09 João Crevelaro

Profissional	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médicos	3	40

- Bairros que terão a cobertura da estratégia de Saúde da Família:
João Crevelaro e Quemil

4.2 – Das Atribuições Específicas Dos Profissionais: (BASEADO NA PORTARIA 648/GM DE 28 DE MARÇO DE 2006)

4.2.1 MÉDICO:

- ✓ REALIZAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL (PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO DE AGRAVOS, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE) AOS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM TODAS AS FASES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, IDADE ADULTA E TERCEIRA IDADE;
- ✓ REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA UBS E, QUANDO INDICADO OU NECESSÁRIO, NO DOMICÍLIO E/OU NOS DEMAIS ESPAÇOS COMUNITÁRIOS (ESCOLAS, ASSOCIAÇÕES, ETC);
- ✓ REALIZAR ATIVIDADES DE DEMANDA ESPONTÂNEA E PROGRAMADA EM CLÍNICA MÉDICA, PEDIATRIA, GINECOOBSTETRÍCIA, CIRURGIAS AMBULATORIAIS, PEQUENAS URGÊNCIAS CLÍNICO-CIRÚRGICAS E PROCEDIMENTOS PARA FINS DIAGNÓSTICOS;
- ✓ ENCAMINHAR, QUANDO NECESSÁRIO, USUÁRIOS A SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, RESPEITANDO FLUXOS DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA LOCAIS, MANTENDO SUA RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO DO PLANO TERAPÊUTICO DO USUÁRIO, PROPOSTO PELA REFERÊNCIA;
- ✓ INDICAR A NECESSIDADE DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR OU DOMICILIAR, MANTENDO A RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO DO USUÁRIO;
- ✓ CONTRIBUIR E PARTICIPAR DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, AUXILIARES DE ENFERMAGEM;
- ✓ PARTICIPAR DO GERENCIAMENTO DOS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DA UBS;
- ✓ FAZER A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO, NOS CASOS DE ÓBITO POR CAUSA NATURAL E/OU PARA ÓBITOS DE PACIENTES EM TRATAMENTO OU ACOMPANHADOS PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

5- CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS UNIDADES:

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	BAIRROS	POPULAÇÃO ESTIMADA	Nº DE EQUIPES
CENTRO DE SAÚDE I	AVENIDA CIDADE JARDIM, 1.004 BAIRRO CIDADE JARDIM	TERESA MARIA BARBIERI, NÚCLEO HABITACIONAL IRENE ALVES PALMA, CIDADE JARDIM, VILA BANDEIRANTES, VILA INDUSTRIAL, JARDIM	16.000 HAB	04

		SÃO PAULO, RESIDENCIAL NELSON CALIXTO, VILA OPERÁRIA		
USF 2	RUA AZUL, 337 BAIRRO TOSELAR	NOVO PARQUE SÃO VICENTE, JARDIM TANGARÁ, JARDIM EUROPA, NOVO JARDIM TOSELAR, JARDIM DA FONTE, JARDIM TOSELAR, RESIDENCIAL ALVORADA, JARDIM GUAPORÉ, JARDIM ARCO IRIS, RESIDENCIAL EMANUELA	8.000 HAB	02
CENTRO DE SAÚDE 3	RUA AURORA, 1695 BAIRRO ISABEL MARIM	JARDIM JUSSARA MARIA, VILA ISABEL DE ALMEIDA MARIMN, NOVO JARDIM STABILE, JARDIM VALE DO SOL, PARQUE RESIDENCIAL LALUCE, JARDIM MONTE CLARO, RESIDENCIAL PEDRO MARIN BERBEL, RESIDENCIAL JARDIM DO TREVO, PARQUE RESIDENCIAL COLINAS I E II, ALTO COLINAS, RESIDENCIAL ESPLANADA DAS COLINAS.	8.000 HAB	02
USF 4	RUA BRAS SANCHES ARRIAGA, 1.448 BAIRRO COSTA RICA	PATRIMONIO SILVARES, VILA ISABEL MOIMAZ, CONJUNTO HABITACIONAL DR. MAGALHAES (CECAP), JARDIM SÃO GENARO I E II, RESIDENCIAL SANDRO PIAZALUNGA, JARDIM COSTA RICA, JARDIM SÃO BRÁS, COHAB III, RESIDENCIAL AURORA	4.000 HAB	03
USF 5	RUA ITORORÓ, 210 SANTO ANTONIO	RESIDENCIAL MODELO, RESIDENCIAL SÃO BENTO, PATRIMONIO SANTO ANTONIO, JARDIM ICARAY, VILA GIAMPETRO, JARDIM NOSSA SENHORA DE FATIMA, JARDIM NOVA ERA, VILA GARDENAL	16.000 HAB	01
CENTRO DE	RUA SANTIAGO	PORTAL DA PEROLA I E	16.000 HAB	04

SAÚDE 6	TRONCOSO, 671 PARQUE DAS NAÇÕES	II, RESIDENCIAL ATENAS, RESIDENCIAL SAM MARINO, ART VILLE, RECANTO VERDE II, RESIDENCIAL SÃO JOSÉ, RECANTO VERDE, JARDIM ITÁLIA, TIJUCA RESIDENCIAL PARQUE, JARDIM DO LAGO, JARDIM SÃO CONRADO, PARQUE DAS NAÇÕES, JARDIM FLAMENGO, RESIDENCIAL SIMÕES, RESIDENCIAL SANTA LUZIA		
USF 7	RUA ANCHIETA, 27 PARQUE SÃO VICENTE			
USF 8	RUA FERNANDO IBANHÊS, 1.026 JANDAIA	JANDAIA, PLANALTO, RESIDENCIAL PREFEITO MÁRIO CREM DOS SANTOS (BIRIGUI I) RESIDENCIAL IPÊ	4.000 HAB	01
USF 9	RUA 20, 65 JOÃ CREVELARO	CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO CREVELARO, JARDIM SANTANA, QUEMIL, RESIDENCIAL MONTE LÍBANO E MONTE LÍBANO II, JARDIM NOVA CANAÃ.	12.000 HAB	03
TOTAL DE 9 UNIDADES			TOTAL DE 20	

6- RECURSOS FINANCEIROS

Serão considerados os seguintes recursos Federais e Municipais para composição do orçamento.

Os valores referentes ao Serviço de Gerenciamento do Projeto deverão ser apresentados pela empresa de acordo com suas políticas e estratégias. Esses valores são de autonomia da empresa e serão utilizados como pré requisito para a análise da Contratante.

Os valores que compõem os Custos Fixos das Equipes estão descritos no Anexo I deste projeto. É válido ressaltar que são valores fixados pela Contratante tomando como base os percentuais estabelecidos pela legislação competente e que a empresa poderá acrescentar gratificações e afins como forma de estímulos aos funcionários, onde os valores deverão ser custeados pela empresa sem nenhum acréscimo por parte da contratante.

7- FORMA DE CONTRATAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A contratação dos profissionais será realizada pela Contratada mediante realização de processo seletivo.

A Contratada deverá respeitar o número de equipes, com seus cargos, funções, locais e horários de trabalho conforme item 4.1 deste projeto.

8 - PRAZO DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação será executada pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovada, dependendo do interesse da contratante.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

1 - Encaminhar mensalmente a CONTRATANTE e ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE a prestação de contas dos valores recebidos, para análise e aprovação;

2 - Adotar providências pertinentes à contratação do pessoal para o desenvolvimento das equipes do ESF em Birigui, de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas no Projeto, responsabilizando-se exclusivamente pela sua remuneração e encargos decorrentes, bem como o efetivo registro em controle eletrônico da jornada de trabalho, podendo utilizar o sistema de ponto eletrônico municipal existente.

3 - Efetuar o pagamento dos profissionais contratados para a execução do ESF até o 5.º (quinto) dia útil ao mês subsequente ao vencido, **independente do recebimento dos valores a serem repassados pela contratante;**

4 - Substituir a qualquer tempo, os profissionais por ela contratados que não cumprirem as normas previstas na CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT, as exigências relativas ao Projeto do ESF.

5 – Elaborar Plano de Trabalho das atividades a ser desenvolvidas pelas equipes, Conforme Anexo I da Portaria n.º 2.488 de 21 de outubro de 2011, no **Quadro de Metas das Ações em Áreas Estratégicas (fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde);**

6 - Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Trabalho e entregar relatório mensal, sendo 1 (uma) via impressa e assinada pelo responsável Técnico da empresa e 1 (uma) via digitalizada à Secretaria de Saúde de Birigui, aos cuidados do Secretário de Saúde, impreterivelmente todo 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente;

7 - Realizar uma perfeita contabilização das operações financeiras do projeto da ESF com a apresentação de Balancetes.

8 – Fornecer e realizar cursos e capacitações aos profissionais contratados para execução do Programa ESF (Estratégia de Saúde da Família) no Município de Birigui- SP.

9 – Fornecer todos os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive disponibilizar uniformes e maletas com materiais aos profissionais contratados nos modelos e padrões definidos pela contratante;

10 – A contratada, no momento da contratação dos profissionais, deverá exigir documentação comprobatória de que o empregado não possui outra atividade, remunerada ou não, com ou sem vínculo de empregado, a ser desenvolvida nos horários estabelecidos no contrato, e aos quais estará obrigado para o integral cumprimento da E.S. F.

10 - DA FORMA DE PAGAMENTO

Para que seja efetuado o pagamento dos serviços prestados, a Contratada deverá entregar o documento de cobrança na Secretaria Municipal de Saúde juntamente o Relatório impreterivelmente até 1º (primeiro) dia útil subsequente ao mês do serviço efetivamente prestado.

A Secretaria Municipal de Saúde realizará a análise do relatório e em caso de aprovação encaminhará juntamente com os documentos de cobrança à Secretaria de Finanças que dará os trâmites cabíveis. Caso o relatório não seja aprovado, o mesmo juntamente com os documentos de cobrança será devolvido à empresa que se comprometerá em adequá-los.

Estando de acordo os documentos e relatórios, fica a Prefeitura Municipal responsável em realizar o pagamento até o 10.º (decimo) dia útil de cada mês, desde que os documentos forem entregues dentro do prazo estabelecido.

11 - QUALIFICAÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRA DA EMPRESA A SER CONTRATADA

JUSTIFICATIVA:

É importante salientar que as contratações de serviços de mão de obra acarretam no mais das vezes diversos problemas para a Administração contratante, uma vez que, para se sagrarem vencedoras, muitas empresas apresentam propostas em patamares praticamente inexequíveis, e não raras vezes, em pouco tempo de execução do contrato, passam apresentar problemas na sua execução, trazendo sérios prejuízos à administração, principalmente no presente caso que se trata de serviços de forma continuada na área de saúde em atendimento à população, notadamente de maior vulnerabilidade e necessidade.

Fato que, já se viu nesta administração com a empresa que anteriormente prestava esse tipo de serviço, razão porque as exigências ora pleiteadas, tem o condão de buscar contratar empresa idônea e com capacidade financeira de prestar o serviço de forma a não trazer àqueles prejuízos tanto à população e, por conseguinte ao erário. A inadimplência ocorre tanto por atraso nos salários, verba de natureza alimentar, indispensável para a subsistência do trabalhador, quanto por não pagamento dos encargos sociais que garantem os demais direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, etc. Face ao panorama apresentado, os citados contratos de terceirização de mão de obra findam por se caracterizar ao seu final como passivos para a Administração contratante, tendo em vista que essa possui responsabilidade subsidiária no tocante às obrigações contratuais inadimplidas. O novo conteúdo da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, ampliou ainda mais a necessidade de fiscalização da Administração contratante, porquanto essa tem o dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas.

Por oportuno, transcreve-se o inteiro teor da Súmula 331, do TST:

“I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974). II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados a atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a

Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V – Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciado a sua conduta.

Culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

“VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral”.

Observe-se que a Administração tem o dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e para tanto é necessário cercar-se de cuidados desde a contratação da empresa que lhe intermediará a mão de obra. É assente na doutrina e jurisprudência pátrias que o menor preço nem sempre corresponde à proposta mais vantajosa, sendo esta a almejada em termos de contratação pública. Também é requisito importante conhecer a idoneidade e capacidade técnica da empresa a ser contratada, para se tiver, se não a certeza, forte convicção de que essa é capaz de adimplir as obrigações contratuais.

Nesse ponto, é que devemos fazer exigências compatíveis com e na medida necessária ao adimplemento do contrato que se pretende firmar, sendo razoável exigir-se que as empresas apresentem Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 606.360,16 (seiscentos e seis mil, trezentos e sessenta reais e dezesseis centavos), índices de liquidez financeira acima de 1,3 (um vírgula três) e caução de 10% do valor do contrato para o período de 12 meses, como forma de buscar no mercado empresas idôneas e com solidez financeira suficiente para a execução contratual, sem trazer os problemas de que passou essa administração com a anterior empresa contratada.

As empresas do ramo de terceirização de serviços são essencialmente demandantes de recursos financeiros de curto prazo e alta liquidez, pelo que se faz necessário disporem de recursos suficientes no ativo circulante para suportar despesas com a folha de pagamento e outros encargos mensalmente, independentes do recebimento da Administração para a qual presta serviços. Por esse motivo, é de se supor que o futuro contratado disponha de recursos suficientes para honrar seus compromissos sem necessidade premente do recebimento pelos serviços prestados, por um período razoável, o que em princípio denota sua capacidade de honrar o contrato, já que o pagamento somente pode ocorrer após o ateste do serviço realizado, normalmente no decorrer do mês posterior à prestação dos serviços. O valor mensal dos salários e encargos que serão de responsabilidade da contratada perante as equipes de trabalho monta em torno de R\$ 505.300,13. Como já assinalado, denota-se que a parcela relevante do contrato é o custo com a mão de obra, razão porque, é imperioso que a empresa tenha capacidade financeira de curto prazo em honrar seus compromissos. Dessa forma, entendemos como razoável que a caução deva ser exigida no montante de R\$ 606.360,16 (seiscentos e seis mil, trezentos e sessenta reais e dezesseis centavos), o que dará a Administração a garantia necessária de cumprir as demandas salariais inadimplidas, caso a futura contratada venha comprometer a prestação do serviço deixando de pagar seus funcionários. Uma empresa que não tenha capacidade financeira quando da realização do processo licitatório, certamente terá dificuldades de cumpri-las no decorrer da execução do contrato.

Ainda acerca desse tema, o Tribunal de Contas da União ao analisar representação interposta, por meio do Acórdão 2.247/2011, considerou pertinentes as exigências de qualificação econômico-financeiras similares às exigidas no presente edital, fazendo-se oportuna a transcrição do voto do ministro-relator Ministro-relator Walton Alencar "(...) Para o deslinde deste processo, transcrevo os esclarecimentos relevantes inseridos no histórico do referido relatório: '7. Apesar de a terceirização de serviços continuados ter trazido significativos ganhos na gestão pública, com redução de custos e aumento da eficiência na realização desses serviços, verificou-se que nos últimos anos esses ganhos começaram a ter expressiva redução em razão de problemas atinentes ao cumprimento irregular dos contratos. Tais problemas têm reflexos diretos para a Administração, devido às interrupções na prestação dos serviços, e para os trabalhadores, os quais são prejudicados por não receberem seus salários e demais verbas trabalhistas. Além disso, a Administração também pode ser prejudicada de forma indireta, já que essas irregularidades podem impactar as finanças públicas em decorrência da responsabilização subsidiária pelas verbas trabalhistas não pagas pelas contratadas, conforme enunciado 331 do TST. 8. Diante dessa realidade, o Exmo. Sr. Ministro Presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, determinou à Administração do TCU que fossem realizados trabalhos conjuntos com outros órgãos da Administração Pública com o objetivo de, se não extirpar, pelo menos reduzir esses problemas. 9. Com o objetivo de dar cumprimento a essa determinação, foi agendada uma primeira reunião com administradores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, órgão responsável pela orientação normativa desses contratos, nos termos da IN/SLTI/MP nº 02/2008, e com representantes da Advocacia-Geral da União. (...) 11. Naquela oportunidade, verificou-se que as dificuldades apontadas pela Administração do TCU a respeito de diversas falhas na execução desses contratos estavam ocorrendo em toda a Administração Pública, o que justificava a adoção das medidas preconizadas pelo Exmo. Sr. Presidente do TCU no sentido de que a questão fosse avaliada. 12. Foi determinada, então, a organização de um Grupo de estudos formado por servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Advocacia-Geral da União e do Tribunal de Contas da União. 13. (...) Nos diversos encontros seguintes, o Grupo de Estudos ganhou novos integrantes - representantes do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal - e passou a analisar detalhadamente as dificuldades encontradas na gestão contratual de serviços terceirizados."

Nessa linha, os temas tratados pelo Grupo de Estudos e as soluções propostas foram organizados em dois itens gerais, a exemplo da própria Lei 8.666/93: procedimento licitatório e gestão dos contratos.

Necessário ressaltar que o citado relatório também informa, em sua conclusão, que "à medida que as ideias e propostas de melhoria foram se consolidando, fato que começou a ocorrer em 14/4/2010, a Administração do TCU passou a incluí-las nos seus editais". Em face do ineditismo das alterações, em vários desses editais ocorreram pedidos de esclarecimento, impugnações, recursos e/ou representações ao TCU. Eis exemplos de alguns assuntos trata-

dos pelo Grupo de Estudos que já foram objeto de apreciação por esta Corte: ‘(...)’ Já a matéria tratada neste processo diz respeito à qualificação econômico-financeira dos licitantes, um dos vários temas debatidos pelo Grupo de Estudos, conforme itens 84 a 102 do relatório (peça 19, p. 28-31). No presente caso, os requisitos desqualificação econômico financeira foram definidos nos itens 33.1, 33.2, 33.3 e 33.4 do edital do pregão eletrônico 26/2011 e reproduzem as propostas de melhoria ofertadas pelo Grupo de Estudos.

Para melhor esclarecimento do assunto, copio os itens mencionados (peça 9, p. 8-9): “33.1. **Balanco patrimonial do exercício anterior ao da licitação, comprovando, cumulativamente, que possui os seguintes índices:** a) **Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1 (um); (...)** b) **Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (ativo circulante - passivo circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.** 33.2. **comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados, na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão;** 33.3. **declaração, conforme modelo constante do Anexo IX, que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma da subcomissão 33.2;** 33.3.1. **Com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na subcomissão anterior, o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar, deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.** 33.3.2. **Caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, informada na declaração de que trata a subcondição 33.3, de 10% (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos juntamente com a documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Art. 31 da Lei nº 8.666/93.** 33.4. **certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;’** Os itens 33.1 e 33.3 retrocitados são idênticos aos itens 31.1 e 31.3 do edital do pregão eletrônico 58/2010 deste TCU, para contratação de serviço continuado de manutenção e limpeza de jardins e espelho d’água, os quais foram objeto de representação no âmbito do TC 031.163/2010-6. Pela importância da matéria e considerando o percuente exame efetuado pela 3ª Secex, entendo pertinente transcrever excerto da instrução (TC 031.163/2010-6, peça 11) que serviu de base para o Acórdão 2.523/2011-2C, submetido ao Colegiado mediante relação: ‘4.16 A exigência da relação de compromissos assumidos (item 31.3 do edital) também encontra amparo no art. 31, § 4º da Lei 8.666/93, e tem por finalidade avaliar a real capacidade da empresa de cumprir satisfatoriamente o objeto licitado, considerando os compromissos já assumidos em outros contratos. Ressalte-se que a Lei estabelece que a diminuição da capacidade operativa ou da disponibilidade financeira decorrentes de outros compromissos assumidos deve ser avaliada em relação ao patrimônio líquido da empresa. 4.17 Sobre a questão, Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª Edição, 2008, pag. 449) apresenta os esclarecimentos a seguir: A exigência de relação dos compromissos apenas adquire utilidade quando tenha sido previsto patrimônio líquido mínimo. Objetiva verificar se os dados contábeis não estão prejudicados em função de fatos supervenientes. (...) A relação de compromissos apenas poderá referir-se a eventos posteriores à data de apuração do balanço. Ora, a empresa pode ter ampliado o montante de seus compromissos após o balanço tanto quanto pode ter ampliado sua disponibilidade de recursos. Logo, deve ser assegurado ao licitante demonstrar que os compromissos supervenientes não reduziram o montante do patrimônio líquido, de modo a continuar a preencher os requisitos do edital. 4.18 No caso concreto, diante do disposto na Lei e das justificativas apresentadas, não identificamos irregularidade no edital ao exigir que o valor do patrimônio líquido da licitante não seja inferior a 1/12 do valor total anual constante da relação de compromissos. Segundo os responsáveis, tal exigência tem por finalidade garantir que, numa eventual falência, a empresa tenha condições econômicas de honrar o pas-

sivo trabalhista com seus empregados, o que resguardaria a Administração Pública de possíveis prejuízos decorrentes de demandas trabalhistas.'

Vale registrar que, além da análise supra, a 3ª Secex também se desdobrou com bastante propriedade acerca da necessidade de comprovar índice de CCL no valor mínimo de 16,66% do valor estimado para a contratação (idem ao item 33.1.b do edital do pregão eletrônico 26/2011), concluindo pela validade da exigência. Todavia, como tal condição não foi questionada pela representante, encontra-se fora do escopo deste processo.

No que interessa à apuração do requisito contra o qual se insurge a representante, verifico que a apresentação da relação dos compromissos assumidos, calculada em função do patrimônio líquido atualizado (item 33.3), está literalmente autorizada pelo art. 31, § 4º, da Lei 8.666/93. A exigência para apresentar meros esclarecimentos (item 33.3.2) não implica, de forma alguma, em restrição à competitividade.

Ademais, tal explicação se justifica na medida em que permite inferir a veracidade das informações prestadas pelos licitantes em caso de divergência, de 10% para mais ou para menos, no valor total dos contratos firmados em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício. Portanto, anuo ao entendimento do Grupo de Estudos e da Unidade Técnica, uma vez que tais requisitos de qualificação econômico-financeira têm o propósito de salvaguardar a Administração de futuras complicações com as empresas de terceirização contratadas que, no curto, médio e longo prazos, não conseguem honrar os compromissos assumidos com os contratantes. Deste modo, indefiro o requerimento de medida cautelar formulado e, no mérito, considero improcedente esta representação, deixando de acolher a proposta da Unidade Técnica para expedir determinação à Segedam/TCU, por considerá-la desnecessária, em face das considerações delineadas neste voto. Por último, registro que os novos elementos trazidos pela representante (peças 7 e 20), embora atinentes à mesma licitação, buscam a inabilitação de outro licitante, motivo pelo qual foram autuados pela Unidade Técnica como nova representação. Por isso, julgo adequado determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 019.418/2011-6 e o consequente encerramento do presente processo, com fulcro nos arts. 34 e 36, caput, da Resolução-TCU 191/2006. Ante o exposto, acolho a proposta da Unidade Técnica e voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado" (Grifos inovados).

Por tudo o que foi exposto, verifica-se que as exigências a serem inseridas no edital não se tratam de prática ofensiva à competitividade do certame, mas que buscam garantir à administração contratante um mínimo de segurança. A melhor contratação não se restringe à proposta que apresenta o menor preço, mas a que possua condições de ser bem executada. É importante destacar, por fim, que o princípio da isonomia, a exemplo dos demais princípios que norteiam as contratações administrativas, encontra-se respeitado, porquanto tal corolário dizeres peito a conceder tratamento igualitário aos iguais e desigual aos desiguais, o que, no caso em comento, corresponde a selecionar a empresa com capacidade de executar o objeto licitado e afastar aquelas que não possuam condições de honrá-lo.

Por fim faça-se da presente justificativa, o embasamento necessário para as exigências que se pretende, de modo que a são, com a finalidade de se contratar a empresa que melhor atenda ao bom cumprimento das obrigações contratuais, prestando relevante serviço à comunidade e resguardando o erário na medida em que, referidas exigências, culminem em buscar, conforme já explicitado à proposta mais vantajosa.

Andréa Benvenuta Antonio
Secretaria Municipal de Saúde